

Dispõe o Plano Nacional de Imunização do Ministério da Saúde a respeito da obrigatoriedade de uma campanha nacional de comunicação:

A campanha de combate ao coronavírus tem como objetivo: informar, educar, orientar, mobilizar, prevenir ou alertar a população brasileira, gerando consenso popular positivo em relação à importância da vacinação.

Fase 1 - Campanha de informação sobre o processo de produção e aprovação de uma vacina, com vistas a dar segurança à população em relação a eficácia do(s) imunizante(s) que o país vier a utilizar...

Fase 2 - Campanha de informação sobre a importância da vacinação, públicos prioritários e demais, dosagens, locais etc. Prevista para iniciar assim que tenhamos a definição das vacinas.

Secom faz campanha com frase de Bolsonaro contra obrigatoriedade de vacina

A peça publicitária destaca uma frase equivocada do presidente com desincentivo subliminar ao uso de vacinas

Por **Reuters**

Publicado em: 01/09/2020 às 20h11



Uma pequena análise do histórico das declarações do Chefe da Nação demonstra a prática sucessiva de condutas incompatíveis com o direito constitucional à saúde e a proteção à vida dos cidadãos brasileiros.

Bolsonaro desautorizou publicamente acordo de Pazuello e diz que não comprará CoronaVac ... -

O presidente afirmou que não firmaria acordo por nenhuma vacina não autorizada pela Anvisa e que o povo brasileiro não será "cobaia". Ainda chamou a CoronaVac de "vacina chinesa de João Doria", com a intolerável sugestão de que as pessoas poderiam se transformar em jacarés se tomassem a vacina.

Recentemente, A declaração do presidente do Brasil, Jair Bolsonaro, sobre medidas de restrição em meio a recorde de mortes por Covid-19 no país repercutiu na imprensa internacional. [Ele fez o comentário durante um evento na quinta-feira \(4\) em Goiás:](#)

"Vocês não ficaram em casa. Não se acovardaram. Temos que enfrentar os nossos problemas. Chega de frescura, de mimimi. Vão ficar chorando até quando?", disse o presidente do Brasil.

O presidente defendeu por diversas vezes, o tratamento precoce com remédio sem qualquer eficácia um curandeirismo político:

Presidente cita dados não comprovados, mencionando dados sem fontes e desmentidos por órgãos médicos e científicos. "Vi alguns estudos dizendo que tem 70% de eficácia. Então, 140 mil mortes poderiam ter sido salvas", divulgou o presidente, sem especificar quais estudos seriam esses.

Não foi a primeira vez que ele citou dados não comprovados para incentivar o uso de cloroquina. "Vou chutar aqui. Por volta de 30% das mortes poderiam ser evitadas com hidroxicloroquina usando na fase inicial", disse ele no ano passado.

Além disso, o medicamento é contraindicado para crianças menores de 6 anos. O aplicativo do Ministério da Saúde, divulgado no Amazonas, não fazia diferenciação de idade e indicava recomendação de cloroquina até para bebês. ...

O governo federal também já defendeu o uso de ivermectina para combate contra covid-19. Mas ontem a própria fabricante, a norte-americana Merck (representada no Brasil pela MSD), afirmou que não há evidências de que o medicamento traga benefícios ou seja eficaz no tratamento da doença causada pelo coronavírus.

O Presidente estimula de forma reiterada aglomerações e medidas contra o isolamento social, promovendo constante desinformação sobre a imunização, contrariando as determinações legais, e ainda desinforma ao desconsiderar a já comprovada hipótese de reinfecção:

"Alguns falam que eu tô dando um péssimo exemplo. Ou é imbecil (palmas) ou o idiota que tá dizendo que eu dou péssimo exemplo, eu já tive o vírus. Eu já tenho anticorpos. Pra que tomar vacina de novo?", disse o presidente.

No dia mais letal da covid-19, Bolsonaro questionou o uso de máscaras e isolamento.

"Começam a aparecer os efeitos colaterais das máscaras", disse, depois de listar uma série de problemas supostamente causados pelas máscaras. "Eu tenho minha opinião sobre as máscaras, cada um tem a sua, mas a gente aguarda um estudo sobre isso feito por pessoas competentes"....

[Antes de colapso, White Martins pediu transporte de oxigênio a coronéis que assessoraram Pazuello e não foi atendida - 07/03/2021 - Cotidiano - Folha \(uol.com.br\)](#)

Comissão OAB/PR que estuda as circunstâncias do programa de vacinação concluiu em parecer:

Sabe-se que, na gestão do Sistema Único de Saúde, as responsabilidades são compartilhadas entre a União, os Estados e os Municípios. Especificamente, o tema da vacinação é de responsabilidade da União, através do PNI. Em se tratando de um direito fundamental, os atos atentatórios ao exercício dos cuidados com a saúde, sejam eles ativos ou omissivos (diante da inequívoca posição de garante do gestor), podem ser imputados como crime de responsabilidade nos termos da Lei nº 1.079/1950.

Miguel Reale Júnior:

Ao Ministério Público, que tem por missão a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos direitos sociais, entre eles o da saúde, cumpre promover, em face desses fatos, ação penal por crimes contra a saúde pública e contra a paz pública, o primeiro previsto no artigo 268 do Código Penal: “*Infringir determinação do poder público, destinada a impedir introdução ou propagação de doença contagiosa*”.

Ademais, ao estimular a população a se aglomerar, não usar máscara e não se vacinar, o presidente incita-a a praticar o crime acima mencionado, configurando-se, então, o delito do artigo 286 do Código Penal: “Incitar, publicamente, a prática de crime”. Ou seja, compele a se infringir determinação do poder público destinada a impedir a propagação de doença contagiosa.”

Independentemente de outras medidas destinadas a assegurar medidas que garantem a mais rápida e ampla vacinação do nosso povo.

A bancada paranaense defende uma investigação pública perante o STF e a PGR sobre as responsabilidades administrativa e criminal do Presidente Jair Bolsonaro, do Ministro Pazuello e de todos os agentes públicos que incorrerem em semelhantes ações e omissões.

Não se trata de uma disputa político-partidária ou ideológica.

É a escolha entre a barbárie e a civilização,

Entre o ódio e a solidariedade

Entre a ignorância e a ciência.

A defesa da vida ou a apologia da morte.

Estamos vivendo uma tragédia social dramática e o Conselho Federal da OAB, cumprindo seu protagonismo histórico de defesa das instituições e das grandes lutas do povo brasileiro, tem o dever de exigir a responsabilização das nossas mais altas autoridades.